

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR HAMILTON COELHO DA 1ª CÂMARA  
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Processo: 1077262**  
**Ref. Ofício nº 10298/2021**

**AR COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA e ALEX ROMUALDO SILVA**, já qualificados, vêm, por seus procuradores, nos autos do processo em epígrafe, **APRESENTAR DEFESA**, consubstanciados pelos fatos e fundamentos a seguir alinhados:

***Prima facie***, desde já, o que se percebe é que, lamentavelmente, a representação é desprovida de qualquer prova, mínima que seja, a embasar as afirmações contidas na referida representação, tratando-se a peça processual de uma aventura jurídica descabida, *data venia*. Nesse contexto, nos termos das normas processuais vigentes, as provas dos fatos cabem, **exclusivamente**, ao representante do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais comprovar os fatos narrados na peça vestibular.

Quanto à Requerida, são essas as afirmações contidas na representação:

➡ **JS Distribuidora  
de Peças S/A**

**VER ANEXO 14**

Registrada em 29/11/2005, é uma filial cujo responsável é o diretor Paulo César Alcarria

Carlos Eduardo Carreiro da Silva, ex-funcionário da empresa Ana Cristina Parreira, já tendo a representado em licitações, já foi também funcionário da empresa JS, tendo ainda representado a empresa no PP 50/2013 de Cordisburgo

O funcionário Adriano Chaves dos Santos, já desligado da JS, atualmente trabalha na empresa A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda., a seguir estudada

Com a devida vênia, qual o crime de um funcionário que trabalhou em uma empresa de autopeças vir a trabalhar para outra?

*Data venia*, totalmente descabida as ilações do MP quanto a este íterim.

57. Fato é que a empresa Silva e Marques Comércio de Peças Automotivas Ltda. é o local de trabalho dos sócios de outras empresas que também participam, frequentemente, de licitações com a Tratorenzso, a Retengrol, a V.C.P., a Heloisa Flavia e a JS Distribuidora: José Romualdo da Silva (Griffe Pneus Auto Center Ltda.), Rogério da Silva Maciel (A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda.) e Cláudio da Silva Maciel (Máximo Peças e Produtos Ltda.).

<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda.</b> </div> <p>VER ANEXO 15</p>	<p>No ato da constituição (10/06/92), foram registrados os sócios: Wagner da Silva Maciel e Alex Romualdo Silva</p> <p>No entanto, na 13ª alteração contratual: alteram-se os sócios para Rogério da Silva Maciel e Alex Romualdo da Silva</p> <p>O sócio da A.R., Alex Romualdo Silva, é funcionário da pessoa jurídica Máximo Peças e Produtos Ltda.</p>
<p>➔</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>Máximo Peças e Produtos Ltda.</b> </div> <p>VER ANEXO 15</p>	<p>Registrada em 15/03/2001, os sócios são: Cláudio da Silva Maciel e Karla Barbosa da Silva</p> <p>A sócia Karla Barbosa da Silva trabalha na FHEMIG Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, tendo sido admitida em 01/01/2006</p> <p>Rogério da Silva Maciel, sócio da A.R, é irmão de Cláudio da Silva Maciel, sócio da Máximo</p>
<p>➔</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>Griffe Pneus Auto Center Ltda. – ME</b> </div> <p>VER ANEXO 15</p>	<p>Registrada em 15/05/2006, possuía como sócios Geraldo Magela Romualdo da Silva e Rogério da Silva Maciel</p> <p>Na 2ª alteração contratual (18/07/2011), alteram-se os sócios para José Romualdo da Silva e Rogério da Silva Maciel</p> <p>Mais uma vez, na 5ª alteração, a sociedade passou para os sócios Wagner da Silva Maciel e José Romualdo da Silva</p> <p>Rogério da Silva Maciel, Wagner da Silva Maciel e Claudio da Silva Maciel são irmãos. Alex Romualdo Silva, Geraldo Magela Romualdo Silva e José Romualdo Silva também são irmãos</p>

2

Insta afirmar que as empresas AR Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda, Máximo Peças e Produtos Ltda e Griffe Pneus Auto Center Ltda são empresa familiares, nada mais, o que não é proibido, sendo certo que nunca foram concorrentes entre si em qualquer licitação pública.

Ora, como empresas familiares e do mesmo grupo econômico, o que fazem ou deixam de fazer quanto aos sócios, pagamento a funcionários ou mesmo aos sócios, não tem esse Tribunal de Contas qualquer competência para julgar, da mesma forma, não tem o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, qualquer ingerência sobre o que as empresas privadas fazem ou deixam de fazer dentro de seu mister e da forma interna de agir, *data venia*, restando, totalmente rechaçadas as afirmações dissimuladas acima.

Com a devida vênia, muito ao contrário do afirmado pelo Ministério Público, o fato da empresa Silva e Marques participar de licitações com outros concorrentes não tem o condão de se concluir por fraude ou conluio em qualquer tipo de licitação da qual participa.

Repita-se, repita-se as empresas AR Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda, Máximo Peças e Produtos Ltda e Griffé Pneus Auto Center Ltda são empresa familiares, nada mais, o que não é proibido, sendo certo que nunca foram concorrentes entre si em qualquer licitação pública.

Necessário afirmar, ainda, que a Requerida, JAMAIS, participou ou agiu em conjunto ou em conluio com qualquer outra empresa objetivando fraudar processo licitatório ou mesmo com o objetivo de levar vantagem ilícita, devendo o Ministério Público comprovar, cabalmente, suas afirmações.

84. No município de Piracema, foram realizadas duas licitações com a presença dos grupos: Procedimento Licitatório n. 023/2014 – Pregão Presencial n. 011/2014 e Procedimento Licitatório n. 012/2017 – Pregão Presencial n. 007/2017 (VER ANEXO 1).

Licitação	Licitantes	Vencedoras	Sócio representante da empresa	Representante legal da empresa por procuração
Pregão Presencial n.011/2014	<u>A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.</u>	-	Alex Romualdo Silva	Wagner Costa Pereira
	<u>Continental Serviços e Peças Eireli</u>	<u>Continental Serviços e Peças Eireli</u>	Geraldo Magela Lacerda	Maiquel Vieira de Andrade
	<u>Futura Veículos e Tratores Eireli- EPP</u>	<u>Futura Veículos e Tratores Eireli- EPP</u>	Júlio Cesar dos Santos	Marcelo José da Silva
	<u>Retenrol Comércio</u>	<u>Retengrol</u>		

Licitação	Licitantes	Vencedoras	Sócio representante da empresa	Representante legal da empresa por procuração
Pregão Presencial n.007/2017	<u>A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.</u>	<u>A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.</u>	Alex Romualdo Silva	Wagner Costa Pereira
	<u>Caicara Peças Diesel Eireli-ME</u>	<u>Caicara Peças Diesel Eireli-ME</u>	Demosthenes Menezes de Oliveira Junior	Bruno Augusto Guimarães Lobato
	<u>Canaã Distribuidora autopeças Ltda.- EPP</u>	<u>Canaã Distribuidora autopeças Ltda.- EPP</u>	Núbia Alves Guedes Mercini	Wesley Vicente Mercini
	<u>Dimas Fulgencio Auto Peças-ME</u>	<u>Dimas Fulgencio Auto Peças-ME</u>	Dimas Fulgencio	Gustavo Melo Grijó de Almeida
	<u>JJZ Comércio de Peças e Serviço Eireli- ME</u>	<u>JJZ Comércio de Peças e Serviço Eireli- ME</u>	Jonas Oliveira Guedes	-
	<u>Retro-minas comércio de peças, serviços e</u>	<u>Retro-minas comércio de peças, serviços e</u>	Messias Antonio Capistrano	Rildo Santos Fausto

Veja que no quadro acima, de acordo com o Ministério Público, o simples fato da Requerida participar da licitação e SER A VENCEDORA OU NÃO já é considerado fraude, já é considerado conluio entre as empresas licitantes.

Com a devida vênia, lamentável a afirmação do Ministério Público, pois sem qualquer prova, mínima que seja, que demonstre qualquer irregularidade praticada pela Requerida, devendo o Ministério Público comprovar suas afirmações, já que, repita-se, a Requerida, JAMAIS, praticou qualquer ato objetivando fraudar o erário público ou processo licitatório.

89. Já nos 8 (oito) lotes restantes do Pregão Presencial n.011/2014, verifica-se que, para cada um deles, houve disputa de lances. Porém, em todos eles, a disputa era feita por empresas que pertencem ao cartel identificado nesta Representação, demonstrando nítido conluio e uma falsa impressão de competição nos lances ofertados. Veja:

Pregão Presencial n.011/2014		
Lotes	Lances	Classificação
01	Retro-minas comércio de peças, serviços e manutenção Eireli-ME	Vencedora
	Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli - EPP.	Desclassificada
	A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços- LTDA.	Desclassificada

Em análise a este tópico só se pode concluir que o representante do Ministério Público detém uma enorme mente criativa, mas que não passa de pensamento, de ideia, sem provas. Somente existe ilações, sem qualquer prova, mínima que seja a embasar a mente criativa do MP, *data venia*.

4

94. Nessa linha de raciocínio observa-se que a licitante AR Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda., na tentativa de mascarar a fraude perpetrada pelo cartel e simular uma certa competitividade no certame, interpôs recurso contra a habilitação da vencedora Retro-Minas Comércio de Peças Ltda., ao argumento de que a “suposta concorrente” estaria suspensa temporariamente de contratar com a Administração Pública Municipal, em razão da penalidade imposta pelo município de Santa Rita do Sapucaí.

Novamente, o que se percebe é que a criatividade do MP em tentar inventar fraude e/ou conluio não tem limites.

Sem maiores esclarecimentos, em virtude do tamanho despautério da afirmação, só se pode requerer que o MP prove o que está dizendo, *data venia*.

115. Pois bem, feitas essas considerações, é possível perceber que alguns lotes foram anteriormente fixados, com cada empresa já sabendo em qual lote seria vencedora, considerando que, em cada um deles, uma única empresa ou nenhuma delas, no conjunto de 10 licitantes, apresentou lances em disputa. Confira:



Pregão n.007/2017		
Lotes	Lances	Classificação
03	Ninguém apresentou lance	A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda. venceu pelo desconto ofertado na proposta, sem disputa de lances
04	Dimas Fulgencio Auto Peças-ME.	Única a apresentar lance e vencedora do lote
05	Tratorenzco Comércio e Serviços Ltda.	Única a apresentar lance e vencedora do lote
06	Ninguém apresentou lance	V.C.P Vitória Comércio e Peças Ltda.-EPP venceu pelo desconto ofertado na proposta, sem disputa de lances
11	Ninguém apresentou lance	Sintractor Peças e Serviços Eireli venceu pelo desconto ofertado na proposta, sem disputa de lances
12	Ninguém apresentou lance	Sintractor Peças e Serviços Eireli venceu pelo desconto ofertado na proposta, sem disputa de lances
13	A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.	Única a apresentar lance e vencedora do lote
14	A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.	Única a apresentar lance e vencedora do lote

116. No caso, observa-se que as empresas A.R Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda., Dimas Fulgencio Auto Peças-ME e Tratorenzco Comércio e Serviços Ltda. venceram os lotes 04,05,13 e 14, sendo as únicas a apresentar lances ou proposta em cada um deles.

5

Ora, não tem como a Requerida ingerir em outras empresas e se a intenção era de fraudar, certamente, seria mais fácil que outras empresas participassem.

Assim, o fato de não haver outra licitante, não tem o condão de querer imputar à Requerida qualquer conduta ilegal ou mesmo que está em conluio com quem quer que seja, mesmo porque, se não houve outras licitantes, não dá para imaginar conluio com quem, não é mesmo?

IV) Da fraude aos procedimentos licitatórios - Conluio entre empresas pertencentes ao mesmo proprietário e/ou a parentes próximos, e representadas por funcionários e/ou sócios de empresas concorrentes - Descumprimento ao artigo 37, XXI da CF/88 e ao artigo 3º, caput, da Lei n. 8.666/1993

131. Diante disso, dos fatos apontados e de todo o contexto mencionado ao longo desta Representação, deve ser reconhecida a ilicitude do Procedimento Licitatório n. 023/2014 – Pregão Presencial n. 011/2014 e Procedimento Licitatório n. 012/2017 – Pregão Presencial n. 007/2017, promovidos pelo município de Piracema, haja vista a inobservância ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 c/c o artigo 3º, caput, da Lei Federal de Licitações e Contratos n. 8.666/1993, devendo as sanções administrativas cabíveis ser aplicadas às empresas responsáveis.

Conforme supracitado, não se vislumbra qualquer indício de prova, mínimo que seja, a demonstrar qualquer tipo de fraude e/ou conluio da Requerida com quem quer que seja, *data venia*.

**V) Da responsabilidade das pessoas jurídicas envolvidas, participantes e vencedoras nos procedimentos licitatórios – Jurisprudência do TCU e do TCEMG**

144. Sendo assim, configurado o conluio entre as pessoas jurídicas representadas e vencedoras do Pregão Presencial n. 007/2017, promovido pelo município de Piracema, bem como a fraude à Lei Federal n. 8.666/1993, em razão da suposta vontade das partes de facilitarem e direcionarem a contratação, deve a representação ser julgada procedente com a aplicação de multa, nos termos dos artigos 83, I e 85, II da Lei Complementar n. 102/2008, das pessoas jurídicas relacionadas:

- a) A.R. COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 007/2017;

Não é verdadeira a afirmação de que a Requerida participa ou participou de qualquer tipo de cartel ou mesmo agiu em conluio com quem quer que seja, devendo o MP comprovar suas alegações e não ficar com ilações desprovidas de provas, *data venia*.

146. Da mesma forma, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, deve ser desconsiderada a personalidade jurídica das empresas, em razão do conluio verificado, e aplicada multa aos seguintes sócios administradores das empresas contratadas, conforme documentos apresentados à época, nos termos dos artigos 83, I e 85, II da Lei Complementar n. 102/2008:

a) ALEX ROMUALDO SILVA, na qualidade de sócio administrador da  
A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda.;

Qual o motivo para desconsideração da personalidade jurídica, tendo em vista que o MP nada comprova?

Reitera-se que a prova dos fatos compete ao MP, o que não o fez, *data venia*.

178. Por isso, para se verificar o quantitativo real do dano ao erário, seria necessário realizar a apuração do que efetivamente foi contratado e executado pelas empresas contratadas. Vejamos o que foi pago pelo município de Piracema, em decorrência da execução dos contratos oriundos dos procedimentos licitatórios realizados, segundo dados do SICOM, sistema do Tribunal de Contas de Minas Gerais (VER ANEXO 35), calculando-se já o dano relativo ao lucro presumido de 32%:

Unir Peças Diesel Ltda.	n.011/2014	24/06/2014 a 23/06/2015	R\$ 243,36	R\$ 174,70
A.R. Comércio de Peças Produtos e Serviços Ltda.	n.007/2017	31/03/2017 a 30/03/2018	R\$ 2.109,31	R\$ 674,97

7

Qual dano presumido? De onde o MP tirou suas conclusões?

Com a devida vênia, o valor que a Promovida recebeu está dentro do que licitado, devendo o MP comprovar suas afirmações.

Com a devida vênia, esse quadro nada comprova. Desconto dá quem pode dar. O fato de poder dar desconto não tem o condão de comprovar fraude ou dano ao erário ou mesmo cartel.

O quadro acima nada prova, *data venia*.

A.1) Fraude ao Pregão Presencial n. 011/2014 e ao Pregão Presencial n. 007/2017, promovidos pelo município de Piracema – Conluio entre empresas pertencentes ao mesmo proprietário e/ou a parentes próximos, e representadas por funcionários e/ou sócios de empresas concorrentes – Descumprimento ao artigo 37, XXI da CF/88 e ao artigo 3º, caput, da Lei n. 8.666/1993 – Responsabilidade das pessoas jurídicas envolvidas, participantes e vencedoras nos procedimentos licitatórios promovidos pelo município de Piracema – Jurisprudência do TCU e do TCEMG

- A.R. COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 007/2017;
- ALEX ROMUALDO SILVA, na qualidade de sócio administrador da A.R. Comércio de Peças, Produtos e Serviços Ltda.;

Referido pedido deve ser de plano rechaçado pelo simples fato de que o MP não comprovou.

A.2) Dano presumido (*in re ipsa*) decorrente da frustração dos procedimentos licitatórios de Piracema – Artigo 49, *caput* e parágrafo 2º c/c o artigo 59, *caput* e parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 – Artigo 10, *caput* e inciso VIII, da Lei n. 8.429/1992 – Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- A.R. COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 011/2014 e do Pregão Presencial n. 007/2017;

Referido pedido deve ser de plano rechaçado pelo simples fato de que o MP não comprovou.

B.1) sejam CONFIRMADAS AS IRREGULARIDADES constantes nesta Representação, APLICADAS AS SANÇÕES CABÍVEIS AOS RESPONSÁVEIS ELENCADOS NO ITEM “A”, nos termos dos artigos 83, I e 85, II da Lei Complementar n. 102/2008;

B.2) CONDENADAS AS PESSOAS JURÍDICAS ABAIXO RELACIONADAS À RESTITUIÇÃO AOS COFRES PÚBLICOS, dos

respectivos montantes históricos totais, com fundamento no artigo 94, *caput*, da Lei Complementar n. 102/2008, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

- A.R. COMÉRCIO DE PEÇAS, PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., na qualidade de vencedora do Pregão Presencial n. 007/2017, no montante histórico total de R\$ 674,97;

Referido pedido deve ser de plano rechaçado pelo simples fato de que o MP não comprovou.



B.3) DECLARADA A INIDONEIDADE PARA LICITAR DE CADA  
UMA DAS PESSOAS JURÍDICAS INDICADAS NO ITEM "A.1", nos  
termos do artigo 93 da Lei Complementar n. 102/2008.

Referido pedido deve ser de plano rechaçado pelo simples fato de que o MP não comprovou.

Nesse contexto, diante da inexistência de qualquer prova cabal a demonstrar as afirmações do MP, requerem os Requeridos que sejam julgados totalmente improcedentes os itens A.1; A.2; B.1; B.2 e B.3 contidos na peça de ingresso.

Pedem deferimento.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2021.

***Fabrízio Roger de Carvalho Russi***  
***OAB/MG 75.193***